

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**O PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR –
PIM NO MUNICÍPIO DE CAMARGO E SUA
EFICIÊNCIA QUANTO AO DESENVOLVIMENTO
INTELECTUAL DA CRIANÇA**

ARTIGO DE ESPECIALIZAÇÃO

Sandra dos Santos

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

**O PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR – PIM NO
MUNICÍPIO DE CAMARGO E SUA EFICIÊNCIA QUANTO AO
DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL DA CRIANÇA**

Sandra dos Santos

Artigo apresentado ao Curso de Especialização do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, da Universidade de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Diego Antonio Bittencourt Marconatto

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo de Especialização

**O PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR – PIM NO
MUNICÍPIO DE CAMARGO E SUA EFICIÊNCIA QUANTO AO
DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL DA CRIANÇA**

elaborado por
Sandra dos Santos

como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública

Comissão Examinadora

Diego Antonio Bittencourt Marconatto, Dr.

(Presidente, Orientador)

Gilnei Moura, Dr. (UFSM)

Roberto da Luz Junior, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 23 de dezembro de 2015.

**O PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR – PIM NO
MUNICÍPIO DE CAMARGO E SUA EFICIÊNCIA QUANTO AO
DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL DA CRIANÇA**

**THE BETTER INFANCY PROGRAM IN THE CITY OF CAMARGO
AND ITS EFFICIENCY REGARDING THE INTELLECTUAL
DEVELOPMENT OF CHILDREN**

Sandra dos Santos¹

Diego Antonio Bittencourt Marconatto²

RESUMO

O Programa Primeira Infância Melhor (PIM), implantado no município de Camargo desde 2006, é um dos mais importantes programas do Estado do Rio Grande do Sul voltado à promoção do desenvolvimento integral da primeira infância. Sendo assim, este artigo tem por objetivo apontar a eficiência do PIM no desenvolvimento intelectual da criança. Para isso utiliza-se o método de pesquisa Quantitativo Descritivo, tendo como instrumento de pesquisa o Banco de Dados do PIM do município de Camargo – RS, do qual se obtiveram informações referentes às crianças participantes do programa, e registro de notas da Escola Estadual de Ensino Médio Pandiá Calógeras, localizada no município de Camargo – RS do qual se obteve o relatório de notas das mesmas crianças. Assim, foi realizado um comparativo com os alunos egressos do PIM e os alunos não participantes. A resposta do programa é positiva e demonstra um desenvolvimento intelectual das crianças egressas do PIM consideravelmente superior aos não participantes do programa no município de referência.

Palavras-chave: Primeira Infância Melhor; Desenvolvimento intelectual.

¹ Especialista em Gestão Pública, e-mail: sandra.pretinho@hotmail.com

² Doutor em Administração, e-mail: diego.marconatto@ufsm.br

ABSTRACT

The Better Infancy Program, implemented in the city of Camargo since 2006, is one of the most important programs of the Estate of Rio Grande do Sul directed towards the promotion of the complete development of infancy. Being so, this article aims to point to the efficiency of the BIP in the intellectual development of children. In order to do so, it uses the Descriptive Quantitative Method, having as a research instrument the BIP database of the city of Camargo-RS, from where information of the children participating in the program have been collected, as well as the grade registries of the Pandiá Calógeras High School, located in the city of Camargo, RS from where were obtained the grades report of the same children.

Key Words: First Infancy; Intellectual Development.

1 INTRODUÇÃO

Com o advento da nova ordem mundial, na qual ocorreram mudanças sociais que vão desde a constituição familiar, passando pelas modificações tecnológicas e culminando com a liberdade adquirida pelas mulheres, nas últimas décadas, tudo isso refletiu de certa forma, direta ou indiretamente, no processo educacional das crianças. No passado, as mães ficavam em casa e de certa forma tinham maior participação na educação de seus filhos, acompanhando os primeiros passos e todo o processo educacional. Atualmente, com a saída dos pais do âmbito familiar para garantir o sustento da família, a educação dos filhos a vigilância sobre eles ficam comprometidas.

Desta forma, coube ao governo, em todas as suas instâncias, promover políticas públicas que garantissem a estas crianças o direito à educação inicial de qualidade, como a construção de creches, escolas de tempo integral e programas educacionais como: Mais Educação, Programas assistenciais desenvolvidos através do Centro de Referência da Assistência Social, e em particular, no estado do Rio Grande do Sul, o Programa Primeira Infância Melhor – PIM.

Compete a este trabalho, de uma forma sucinta, apresentar a importância do PIM no desenvolvimento das funções cognitivas dos alunos nas séries iniciais. Nesta inserção da vida educacional infantil torna-se necessário destacar os fatores positivos; como também os não positivos que se relacionam com tal política pública.

Assim, este artigo tem por objetivo geral investigar como as crianças egressas do Programa Primeira Infância Melhor, que estão frequentando as classes regulares de ensino

fundamental em Camargo, encontram-se em termos de competência para o aprendizado. Para tanto, o questionamento norteador foi assim definido: Qual a eficiência do Programa Primeira Infância Melhor (PIM), quanto ao desenvolvimento intelectual da criança, no Município de Camargo/RS?

Como objetivos específicos, tem-se:

- Contribuir com o município de Camargo, apontando objetivamente a eficiência do Programa Primeira Infância Melhor no desenvolvimento intelectual da criança;
- Estimular a melhoria contínua do Programa PIM;
- Prestar contas ao cidadão;
- Dar maior visibilidade do trabalho prestado.

A motivação em pesquisar sobre a eficiência do Programa Primeira Infância Melhor no município de Camargo parte de um desejo de destacar a relevância da aceitação do Programa por parte das famílias camarguenses, enfatizando nessa pesquisa apenas o desenvolvimento intelectual da criança, o qual é apenas um dos pressupostos de um Programa que busca auxiliar no desenvolvimento de todas as funções cognitivas da criança.

1.1 Metodologia

A metodologia adotada foi pesquisa quantitativa descritiva, tendo como Instrumento de pesquisa, o Banco de Dados do PIM, do município de Camargo e registros de notas da Escola Estadual de Ensino Médio Pandiá Calógeras localizada no município de Camargo. Do Banco de Dados do PIM, obteve-se informações sobre as crianças participantes do programa; dos registros do Relatório de notas da Escola Estadual Pandiá Calógeras, obteve-se as notas escolares das mesmas crianças.

Segundo Tripodi et al. (1975, apud MARCONI e LAKATOS, 2007, p 189), o tipo de pesquisa de campo do grupo quantitativo-descritivos é assim definido:

“consistem em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave. Qualquer um desses estudos pode utilizar métodos formais, que se aproximam dos projetos experimentais, caracterizados pela precisão e controle estatísticos, com a finalidade de fornecer dados para a verificação de hipóteses. Todos eles empregam artifícios quantitativos tendo por objetivo a coleta sistemática de dados sobre populações, programas, ou amostras de populações e programas. Utilizam várias técnicas como entrevistas, questionários, formulários etc. e empregam procedimentos de amostragem.”

Tripodi et al. (1975, apud MARCONI e LAKATOS, 2007, p 189), ainda relata que o método quantitativo descritivo possui subdivisões, e entre elas está a subdivisão:

“estudos de avaliação de programa – consistem nos estudos quantitativo-descritivos que dizem respeito à procura dos efeitos e resultados de todo um programa ou método específico de atividades de serviços ou auxílio, que podem dizer respeito à grande variedade de objetivos, relativos à educação, saúde e outros. [...]”

Junto à Escola Estadual, foram coletados dados do Banco de notas dos alunos do 3º ano e 4º ano do Ensino Fundamental, os quais fazem parte do ensino globalizado, sendo 37 alunos do 3º ano e 40 alunos do 4º ano, contando com apenas uma nota por trimestre. Assim, coletaram-se duas notas por aluno, em virtude do terceiro trimestre ainda estar em andamento.

Por fim, foram analisados os resultados perante mapa comparativo do quadro de notas com uma amostra de alunos egressos do PIM e alunos que não fizeram parte do programa, ambas as partes, estudantes de mesma escola, série, com amostras semelhantes em gênero e número.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na atual conjuntura nacional, muitas ações são realizadas pelo governo, em todas as suas esferas, no intuito de garantir uma educação de qualidade às crianças em especial nos anos iniciais. De acordo com a Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 205 relata que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

De certa forma tais condutas governamentais promovem um acesso à escola a partir dos anos iniciais, por meio das creches as quais segundo Oliveira (2012):

A creche sofreu inúmeras transformações ao longo dos anos, chegando hoje a uma definição legal que pretende por fim às discussões sobre seu principal papel que objetiva: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. (Art. 29 da Lei nº 9394/96).

É importante destacar que a esfera governamental, estabeleceu mecanismos os quais norteiam toda uma conduta educacional perante a família e à sociedade, uma vez que a LDB em seu artigo 2º estabelece:

A responsabilidade da educação deve ser um dever compartilhado entre a família e o Estado, visando o desenvolvimento integral do indivíduo, além de seu preparo para o mercado de trabalho e exercício da cidadania (BRASIL, 1996).

Neste sentido, vale destacar as ações municipais que contemplam tal artigo da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, a partir das creches e, em particular, o PIM. De acordo com a portaria 15/2003, do governo estadual do Rio Grande do Sul:

O programa primeira infância melhor volta-se à promoção do desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos de idade, com ênfase no período de 0 a 3 anos, no Estado do Rio Grande do Sul; Considerando que o desenvolvimento da criança é meta prioritária do plano de metas do Governo; Considerando a necessidade de coordenação das ações do governo para a promoção do desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos (RIO GRANDE DO SUL, 2003, p.1).

Tal programa articula esforços de caráter intersetorial, constituindo assim uma política de governo pioneira no Estado do Rio Grande do Sul. Tem como princípio norteador a orientação das famílias, a partir de sua cultura e experiências, para que promovam o desenvolvimento integral de seus filhos, ou seja, para que possam estimular o desenvolvimento pleno das capacidades e potencialidades de cada criança, desde a gestação até os seis anos de idade, com ênfase no período de zero a três anos (SCHNEIDER; RAMIRES, 1994, p.22).

Diante deste cenário educacional infantil, vale destacar que os primeiros anos de vida de uma criança constituem um período crucial para o seu desenvolvimento, em todas as suas esferas: social, física, afetiva, cognitiva. “O desenvolvimento infantil é um processo complexo e contínuo por meio do qual a criança adquire capacidades crescentes para mover-se, coordenar-se, pensar, sentir e interagir com os outros e com o meio que a rodeia” (OPAS, 1999 apud SCHNEIDER; RAMIRES, 2007, p.36). O desenvolvimento caracteriza-se por mudanças em complexidade e função, enquanto o crescimento é definido por mudanças de tamanho. Portanto, desenvolvimento não é sinônimo de crescimento (SCHNEIDER; RAMIRES, 1994, p.37).

Sabe-se que o desenvolvimento infantil resulta, em certa parte, das características biologicamente herdadas, mas também de experiências e aprendizagens vivenciadas ao longo da vida: “A aprendizagem também é crucial para o desenvolvimento infantil. É definida como o processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, hábitos e valores a partir da experiência, experimentação, observação, reflexão e/ ou estudo e instrução” (MYERS, 1995, apud SCHNEIDER; RAMIRES, 2007, p.36).

Neste contexto, o Programa considera as contribuições de Piaget, considerado o pesquisador da Inteligência Humana. Segundo Piaget: “[...] a criança necessita de ajuda dos adultos para ‘descobrir’ os conhecimentos do seu mundo, devendo ser o centro da organização das atividades lúdicas e pedagógicas” (1987 apud SCHNEIDER; RAMIRES, 1994, p.60).

Ainda, na perspectiva construtivista:

[...] o começo do conhecimento é a ação do sujeito sobre o objeto, ou seja, o conhecimento humano se constrói na interação homem-meio, sujeito-objeto. Conhecer consiste em operar sobre o real e transformá-lo a fim de compreendê-lo, é algo que se dá a partir da ação do sujeito sobre o objeto de conhecimento. As formas de conhecer são construídas nas trocas com os objetos, tendo uma melhor organização em momentos sucessivos de adaptação ao objeto. A adaptação ocorre através da organização, sendo que o organismo discrimina entre estímulos e sensações, selecionando aqueles que irá organizar em alguma forma de estrutura. A adaptação possui dois mecanismos opostos, mas complementares, que garantem o processo de desenvolvimento: a assimilação e a acomodação. Segundo Piaget, o conhecimento é a equilibração/reequilibração entre assimilação e acomodação, ou seja, entre os indivíduos e os objetos do mundo (PIAGET, 1970, p.36)

Vale destacar outras contribuições teóricas:

[...] a criança nasce inserida num meio social, que é a família, e é nela que estabelece as primeiras relações com a linguagem na interação com os outros. Nas interações cotidianas, a mediação (necessária intervenção de outro entre duas coisas para que uma relação se estabeleça) com o adulto acontece espontaneamente no processo de utilização da linguagem, no contexto das situações imediatas (VYGOTSKY, 1984, p.46)

Sendo assim, o Programa Primeira Infância Melhor, fundamentado pela teoria de pensadores como Piaget, Vygotsky e outros, preconiza a promoção do desenvolvimento infantil sempre a partir de intervenções e orientações realizadas com os familiares visando a qualificar os processos interativos de pai-mãe e demais cuidadores com a criança.

2.1 Programa Primeira Infância Melhor

O Programa Primeira Infância Melhor (PIM) foi implantado no estado do Rio Grande do Sul em 07 de abril de 2003, através da Portaria 15/2003, tornando-se Lei Estadual nº 12.544 em 03 de julho de 2006. Sua implantação foi resultado de esforços do então governador do estado, pensando no desenvolvimento dos primeiros anos de vida da criança, em criar políticas públicas que focalizassem esse período tão importante do desenvolvimento

das crianças. Assim, visitando programas de outros países, em especial, o cubano “Educa a tu hijo”, verificaram-se os significativos benefícios para as crianças cubanas. Essa metodologia, portanto, serviu de inspiração para o Programa Primeira Infância Melhor ser formulado no Rio Grande do Sul (SCHNEIDER; RAMIRES, 1994).

O programa é voltado para a promoção do desenvolvimento integral na Primeira Infância, com base no grande acúmulo de descobertas científicas revelando a extraordinária importância dos primeiros anos da infância na formação de habilidades e competências humanas que existirão ao longo de toda a vida, para sua realização como pessoa, e integrada à sociedade (SCHNEIDER; RAMIRES, 1994).

Um dos eixos estruturantes do Programa Primeira Infância Melhor é a intersetorialidade. A gestão do Programa é exercida pelo Grupo Técnico Estadual (GTE) que é composto por técnicos das diversas secretarias envolvidas (Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Estadual da Cultura, Secretaria Estadual da Justiça e do Desenvolvimento Social) e por representantes das Coordenadorias Regionais de Saúde e da Educação. Conta também com a parceria das Delegacias Regionais da Secretaria Estadual da Justiça e Desenvolvimento Social e, ainda, com o suporte técnico do Escritório da UNESCO no Rio Grande do Sul e de sua representação Nacional. O GTE é composto por profissionais com formação superior nas áreas social, da saúde e da educação, consistindo assim, num grupo multidisciplinar (SCHNEIDER; RAMIRES, 1994).

O PIM está desta forma estruturado:

Comitê Gestor do PIM: Possui atribuições político-institucionais, composto por titulares das secretarias envolvidas.

Grupo Técnico Estadual (GTE): Planeja, capacita, monitora e avalia a execução e resultados dos municípios.

Grupo Técnico Municipal (GTM): Planeja, monitora e avalia as ações desenvolvidas no município, seleciona e capacita monitores e visitantes, identifica as famílias para atendimento e articula a rede de serviços do município.

Monitores: Orientam e planejam as ações dos visitantes.

Visitadores: Planejam e realizam o atendimento domiciliar e grupal às famílias.

Digitadores: Atualizam o sistema de informação estadual do programa, de acordo com os dados preenchidos pelos visitantes em formulários de papel (SCHNEIDER; RAMIRES, 1994).

O Programa primeira Infância Melhor tem como princípio básico o convívio social da criança com sua família e sociedade, desta forma os visitantes, semanalmente, vão até as

casas e realizam suas atividades nos núcleos familiares. As visitas semanais são de suma importância, pois fortalecem os laços familiares e promovem por meio de atividades lúdicas o desenvolvimento cognitivo das crianças, uma vez que neste contexto estão inseridos os aspectos culturais pertinentes a cada família, independente de suas classes sociais e outros fatores (SCHNEIDER; RAMIRES, 1994).

É bem verdade que todo esse envolvimento profissional só é possível a partir do consentimento das famílias uma vez que, o visitador trabalha diretamente na residência e passa a fazer parte do dia-a-dia das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente com a criança, criando assim um laço de amizade, respeito e cumplicidade. Desta forma, para desenvolver tais atividades o profissional promove um atendimento embasado nas seguintes metodologias: Modalidades de Atenção Individual e Grupal, complementadas pela abordagem comunitária.

Modalidade de Atenção Individual: é destinada às famílias com crianças de 0 a 2 anos e 11 meses de idade, bem como às gestantes vinculadas ao Programa. A Modalidade dirigida às crianças é semanal e às gestantes é quinzenal. Ambas são realizadas na residência da família, com duração de, aproximadamente, uma hora (SCHNEIDER; RAMIRES, 1994).

Nesta modalidade de atenção, a visita domiciliar, é antecedida de uma visita pelo Grupo Técnico Municipal – GTM à família, onde é apresentado o programa, seu objetivo e funcionamento. A partir desse momento, a família decide se aceita, ou não, o Programa. Após aceito o Programa pela família, o visitador passa a realizar as visitas domiciliares, tendo como atividade na sua primeira visita, o preenchimento de um questionário para coleta de dados da família, iniciando um histórico a ser registrado no banco de dados do PIM, também na mesma visita é entregue ao cuidador O Guia da Família (o qual fica de responsabilidade da família até o término do atendimento), este guia traz todas as orientações à família para cada faixa etária de sua criança.

Modalidade de Atenção Grupal: é dirigida às famílias com crianças de 3 a 5 anos e 11 meses de idade, bem como às gestantes. A Modalidade grupal dirigida às crianças é semanal e às gestantes é mensal. Ambas são realizadas em espaços coletivos da comunidade, com duração de, aproximadamente, uma hora e meia (SCHNEIDER; RAMIRES, 1994).

Os visitadores do PIM, em suas atividades diárias frente às famílias, realizam um conjunto de ações no intuito de promover o bem estar da criança e fortalecimento do vínculo familiar, tais como: realização de atividades lúdicas que qualificam as relações familiares e comunitárias e contribuem para o desenvolvimento pleno das capacidades físicas, intelectuais,

sociais e emocionais do ser humano; Elaboração conjunta de planos singulares de atenção e cuidados às famílias com as equipes municipais de Saúde, Assistência Social e Educação, entre outras; Busca ativa de gestantes para encaminhamento ao pré-natal de qualidade, bem como na identificação de crianças em situação de risco e violência; Orientações que incentivem o aleitamento materno e a nutrição saudável a gestantes e crianças; Promoção da atenção e cuidado em saúde às famílias e comunidades; Ações em rede com vistas à redução da mortalidade materna e infantil; Orientações sobre os direitos e responsabilidades da convivência familiar e comunitária, visando a promoção da cidadania (SCHNEIDER; RAMIRES, 1994).

De acordo com o site oficial do PIM-RS (2015) o programa no Estado do Rio Grande do Sul possui os seguintes índices:

Tabela 1 – Índices do PIM no Estado do RS

Municípios Habilitados	253
Visitadores Habilitados	2.647
Famílias Atendidas	52.940
Gestantes Atendidas	7.941
Crianças Atendidas	58.234

Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2015)

2.2 Contextualização do Município de Camargo

O município de Camargo está localizado na Mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul, na Microrregião de Passo Fundo, tendo uma extensão territorial de 137,39Km², distante 270Km da capital do estado, Porto Alegre, e sua principal via de acesso é a ERS 132. É filiado à Associação dos Municípios do Planalto (AMPLA), limitando-se ao Norte com o município de Marau; ao Sul com Nova Alvorada, a Leste com Vila Maria; e a Oeste com o município de Soledade (CAMARGO, 2015).

É um município essencialmente agrícola, com ênfase na agricultura familiar, destacando-se as atividades de suinocultura, avicultura, bovinocultura de gado leiteiro e de corte, como também as culturas de soja, milho e trigo. Possui um pólo industrial com indústrias de biodiesel, reciclagem, fábrica de embalagens plásticas, fábrica de cadernos, indústrias de metalurgias entre outras, destaca-se também com um comércio local desenvolvido, o qual assessora a cadeia produtiva.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), no ano de 2010, a população camarguense contava com 2.592 habitantes, dos quais 42,25% vivem na zona urbana, e os dados estimados da população para 2015 situam-se em 2.718 habitantes.

Figura 1 - Localização de Camargo no RS



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Camargo_\(Rio_Grande_do_Sul\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Camargo_(Rio_Grande_do_Sul))

Vale ressaltar que Camargo possui uma infraestrutura que facilita o dia-a-dia da população como: ginásio de esporte, complexo esportivo, parque municipal de eventos, praças, escolas (na sede e no interior), creche (onde as mães podem deixar os seus filhos a partir do 06 meses de idade para ir trabalhar) e outros.

2.3 A Estrutura e o Funcionamento do PIM no Município de Camargo

No município de Camargo, o Programa Primeira Infância Melhor foi implantado em abril de 2006, através de Termo de Adesão, no qual o município adere ao Programa Primeira Infância Melhor do Estado do Rio Grande do Sul, constituindo-se numa das mais importantes políticas públicas, não só do Estado, mas também do município.

No município, o PIM é executado por meio do Grupo Técnico Municipal (GTM), composto por representantes das Secretarias Municipais da Saúde e Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação e Cultura, justificando a proposta intersetorial. Possui, atualmente, duas visitadoras do quadro de servidores efetivos do município e uma digitadora.

O cargo de monitor só é exigido quando o município possuir mais de três visitantes no Programa, o que não é o caso de Camargo.

Os integrantes do GTM no município de Camargo reúnem-se semanalmente (nas sextas-feiras, no turno da manhã) juntamente com as visitadoras para trabalhar questões de natureza técnico-administrativas, articulação com a rede de serviços e sensibilização dos Gestores e de segmentos da sociedade para o Programa e seus objetivos. Também nessas reuniões de trabalho, são realizados o planejamento didático-pedagógico e o assessoramento das visitadoras quanto às atividades junto às famílias, além do acompanhamento e avaliação das ações do PIM.

Segundo relatório da Secretaria Municipal da Fazenda/2015, o município de Camargo investiu no Programa Primeira Infância Melhor, no ano de 2014, os valores de R\$ 62.591,70, sendo R\$ 27.000,00 recursos provenientes do Estado do Rio Grande do Sul – Secretaria Estadual da Saúde, e R\$ 35.591,70 sendo recursos próprios da Secretaria Municipal de Saúde do Município, além de um veículo colocado à disposição da equipe para realização das visitas domiciliares.

De acordo com as informações do Banco de Dados do PIM, Camargo possui os seguintes números relativos ao programa:

Tabela 2 – Números do PIM no município de Camargo

Visitadores habilitados	02
Famílias atendidas desde a implantação	197
Gestantes atendidas desde a implantação	78
Crianças Atendidas	214
Famílias atendidas atualmente	32
Gestantes atendidas atualmente	02
Crianças atendidas atualmente	30

Fonte: Base de Dados do PIM, acesso: 01/10/2015

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para análise, este trabalho contou com amostra semelhante, sendo: 12 meninas e 12 meninos, tanto egressos do PIM como os não participantes, conforme a Tabela 3 – Alunos Egressos do PIM e Tabela 4 – Alunos que não participaram do PIM.

Tabela 3 – Alunos Egressos do PIM

Meninas			Meninos		
Aluna	Nota 1	Nota 2	Aluno	Nota 1	Nota 2
Aluna 1	94	100	Aluno 1	90	92
Aluna 2	94	96	Aluno 2	75	100
Aluna 3	94	100	Aluno 3	96	100
Aluna 4	85	100	Aluno 4	95	97
Aluna 5	80	84	Aluno 5	88	80
Aluna 6	81	87	Aluno 6	62	80
Aluna 7	84	90	Aluno 7	70	81
Aluna 8	95	98	Aluno 8	82	97
Aluna 9	94	100	Aluno 9	99	100
Aluna 10	80	86	Aluno 10	95	100
Aluna 11	80	93	Aluno 11	30	45
Aluna 12	90	100	Aluno 12	95	95

Fonte: Escola Estadual de Ensino Médio Pandiá Calógeras, 2015.

Em posse da tabela amostral com os dados das notas dos alunos egressos do PIM, foram realizados cálculos matemáticos para definir a nota média das meninas e dos meninos, onde se obteve o seguinte resultado:

- Nota média das meninas egressas do PIM: 91,04;
- Nota média dos meninos egressos do PIM: 85,16;
- Média Geral dos alunos egressos do PIM: 88,1;
- Nível de reprovação dos alunos egressos do PIM: 4,16% (Aluno 11).

Observa-se, com esse resultado, que as meninas egressas do PIM obtiveram um nível de desenvolvimento intelectual 5,88% maior que os meninos. Para justificar essa inferioridade no resultado final dos meninos egressos do PIM em relação à amostra idêntica de meninas, deve-se considerar que o Aluno 11 apresentou um desvio padrão no quadro de notas, caracterizando um nível de desenvolvimento intelectual muito abaixo dos demais.

Na tentativa de entender essa diferença tão marcante nas notas do Aluno 11, buscou-se, conhecer a realidade da criança, através de pesquisa do Cadastro da Criança, Cadastro de Família e Avaliação do Desenvolvimento da Criança, junto ao banco de dados do PIM (CAMARGO/2015). Neste sentido, no Cadastro da Família, encontrou-se: O Aluno 11 participou do PIM pelo período de cinco meses e 24 dias, tendo sido acompanhado e avaliado apenas na faixa etária entre 2 e 3 anos. O grau de instrução da pessoa que cuidava da criança,

no caso a mãe, era o Ensino Fundamental Incompleto. Consta que o responsável pela manutenção econômica da família era somente o pai e que a família era beneficiária do Programa Bolsa Família. O salário do pai, à época, era de R\$ 480,00 (em outubro de 2006). Na visão do visitador, o ambiente afetivo das relações familiares era agressivo (entre as opções: Amistoso, Frio, Tenso e Agressivo) e as normas de convivência familiar eram negligenciadas (entre as opções: Respeitosas, Rígidas e Negligenciadas).

Já no Cadastro da Criança, quanto à pergunta: “Como a família lida com as condutas negativas da criança?”, as respostas assinaladas pela mãe foram: Com agressões verbais, Com ameaças, Com castigos corporais, Com conselhos, Outras formas – tapas. Além destas opções, havia disponível para assinalar: Achando graça, Com indiferença e Suspendendo atividades que a criança mais aprecia.

No formulário de Acompanhamento e Avaliação do Desenvolvimento, da faixa etária de 2 a 3 anos, encontrou-se: De um total de 11 indicadores da faixa etária, a criança realizou apenas 7, significando 63,64% de desenvolvimento aos 3 anos de idade. No campo “Observações sobre a família”, a visitadora escreveu: “Mãe mostra pouco interesse pelo programa; não organiza material; criança está sempre se babando; é inquieta; corre muito; não se concentra nas atividades; mãe não realiza as atividades deixadas para a semana”.

Em análise da realidade do cadastro familiar do Aluno11, pode-se perfeitamente justificar o baixo desempenho escolar do mesmo, considerando o curto período de participação no Programa Primeira Infância Melhor, mas principalmente pela convivência familiar, em especial no que se refere ao desinteresse da mãe pelo programa, deixando de realizar as atividades propostas pelo visitador.

A seguir, são apresentadas as notas de alunos e alunas não egressos do PIM, do 3º e 4º ano do Ensino Fundamental:

Tabela 4 – Alunos não egressos do PIM

Meninas			Meninos		
Aluna	Nota 1	Nota 2	Aluno	Nota 1	Nota 2
Aluna 1	90	90	Aluno 1	90	91
Aluna 2	97	95	Aluno 2	90	90
Aluna 3	40	44	Aluno 3	93	90
Aluna 4	61	70	Aluno 4	50	50
Aluna 5	68	85	Aluno 5	50	65
Aluna 6	55	60	Aluno 6	70	75

Aluna 7	40	45	Aluno 7	75	90
Aluna 8	88	90	Aluno 8	40	45
Aluna 9	92	100	Aluno 9	82	77
Aluna 10	91	100	Aluno 10	52	56
Aluna 11	62	60	Aluno 11	56	60
Aluna 12	84	90	Aluno 12	78	85

Fonte: Escola Estadual de Ensino Médio Pandiá Calógeras, 2015

Realizando os cálculos matemáticos para saber as médias dos alunos não participantes do PIM, obtiveram-se os seguintes resultados:

- Nota média das meninas não participantes do PIM: 74,87;
- Nota média dos meninos não participantes do PIM: 70,83;
- Média geral dos alunos não participantes do PIM: 72,85;
- Nível de reprovação dos alunos não participantes: 12,5% (Aluna 3, Aluna 7 e Aluno 8).

Com esse resultado, percebe-se uma superioridade na nota média das meninas não participantes do PIM em relação aos meninos de amostra semelhante, sendo a nota média das meninas 4,04% superior à nota média dos meninos. Outro detalhe observado é a presença de apenas duas notas máximas para meninas, enquanto nenhuma nota máxima para meninos.

Comparando os resultados, pode-se observar que a média geral dos alunos egressos do PIM é 15,25% maior em relação à média geral dos alunos não participantes do Programa, caracterizando a superioridade no nível de desenvolvimento intelectual desses alunos.

Outro dado importante para confirmar essa superioridade no nível de desenvolvimento intelectual dos alunos egressos do PIM é o nível de reprovação, o qual demonstrou ser 8,34% maior entre os alunos não participantes do Programa Primeira Infância Melhor.

Em relação à análise realizada sobre a pesquisa no Banco de dados do PIM, pode-se confirmar a responsabilidade da família para o sucesso do Programa.

4 CONCLUSÃO

Diante do proposto em realizar um comparativo com os alunos egressos do PIM e os não participantes do programa, com o objetivo de avaliar o desenvolvimento intelectual dos mesmos, que pudesse servir de subsídio para facilitar um melhor entendimento da população

quanto o desenvolvimento do programa através do Grupo Técnico Municipal e visitantes, além de ressaltar a importância da participação da família no programa para o pleno desenvolvimento das funções cognitivas da criança.

Cabe ressaltar, que o trabalho se deteve à análise dos aspectos quantitativos, relativos a dados fixos como as notas finais de dois trimestres do ano letivo de 2015, sem considerar e avaliar os aspectos qualitativos do desenvolvimento psicomotor, cognitivo, emocional e comportamental dos educandos egressos ao programa, uma vez que estes também são de extrema importância para uma análise completa da eficiência do Programa, análise esta que deveria ser feita num trabalho futuro.

Através da pesquisa realizada, pode-se constatar claramente uma resposta positiva do Programa Primeira Infância Melhor no Município de Camargo, comprovando aos gestores do município, aos contribuintes e principalmente às famílias atendidas, que o desenvolvimento intelectual das crianças egressas do PIM no município de Camargo é consideravelmente superior em relação aos não participantes do programa.

Sendo assim, este trabalho evidencia a importância do comprometimento das famílias no processo educativo para o pleno desenvolvimento de suas crianças, bem como reafirma a importância dos investimentos no programa, com indicativos de sua ampliação tanto no aspecto quantitativo como qualitativo, assim mais famílias serão atendidas, elevando-se por consequente o quociente de inteligência da atual e das futuras gerações.

Neste contexto dos programas sociais enquanto políticas públicas para o conjunto da comunidade, os dados analisados do Programa Primeira Infância Melhor o identificam e o caracterizam como um programa governamental que se efetiva em plenitude, pela sua importância no desenvolvimento integral das crianças.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/22/consti.htm>. Acesso em: 01 dez 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2015.

CAMARGO. **Banco de dados do PIM**. 2015.

CAMARGO (RIO GRANDE DO SUL). **Localização**. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Camargo_\(Rio_Grande_do_Sul\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Camargo_(Rio_Grande_do_Sul)). Acesso em: 11 dez. 2015.

CAMARGO. Prefeitura Municipal de Camargo/RS. **Dados gerais do município de Camargo**. Disponível em: <http://www.pmcamargo.com.br/index.php?page=camargo>. Acesso em: 29 nov. 2015.

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO PANDIÁ CALÓGERAS. **Relatório de notas**. Ano Letivo 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Rio Grande do Sul – Camargo –RS**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430355&search=rio-grande-do-sul|camargo|infograficos:-informacoes-completas>. Acesso em: 29 nov. 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Débora Regina de; MIGUEL, Ana Silvia Bergantini. **A nova concepção de creche pós-LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96) (The post-LDB conception of daycare – Law 9.394/96)**. unifafibe.com.br/revistafafibeonline — Centro Universitário UNIFAFIBE — Bebedouro-SP, Revista Fafibe On-Line — ano V – n.5 — nov. 2012..Disponível em: <http://docplayer.com.br/101534-A-nova-concepcao-de-creche-pos-ldb-lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional-lei-no-9-394-96.html>. Acessado em: 11 de dezembro de 2015.

PIAGET, Jean. **A Construção do Real na Criança**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR – PIM. **Dados: Situação atual**. Disponível em: <http://www.pim.saude.rs.gov.br/v2/o-pim/dados/>. Acesso em: 01 out. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Saúde. **Manual de Funcionamento do PIM**. –Porto Alegre, 2012. 1p. Disponível em:< <http://www.pim.saude.rs.gov.br/v2/o-pim/como-funciona/>. Acessado em 09 de dezembro de 2015.

RIO GRANDE DO SUL. **Portaria nº 15/2003, de 07 de abril de 2003**. Disponível em: <http://www.pim.saude.rs.gov.br/v2/wp-content/uploads/2003/04/PortariaN15-2003.pdf>. Acesso em: 01 out. 2015.

SCHNEIDER, Alessandra e RAMIRES, Vera Regina. **Primeira Infância Melhor: Uma Inovação em Política Pública**. UNESCO. 2007.

VYGOTSKY, Lev. **A formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.